

## **Empresas inovadoras podem receber incentivo tributário para abrir capital**

*Mariana Durão*

*BM&FBovespa e representantes do governo estudam formas de facilitar ingresso na bolsa de empresas menores, focadas em inovação*

A BM&FBovespa e o governo federal estão trabalhando juntos para facilitar o acesso ao mercado de capitais brasileiro de empresas nascentes e focadas em inovação. O plano passa por criar incentivos tributários a empresas e investidores que apostem nesse segmento de maior risco.

Um grupo formado há um mês por representantes da bolsa, BNDES, Finep, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) acaba de voltar de uma viagem para conhecer os modelos adotados em sete países: Inglaterra, Espanha, Canadá, Austrália, Coreia do Sul, Polônia e China. A ideia é elaborar um relatório e levar a discussão aos participantes do mercado entre julho e agosto.

"É um objetivo da bolsa que as empresas consigam acessar o mercado de capitais mais cedo. Entendemos que a barreira de entrada hoje é muito alta", diz a diretora de Desenvolvimento de Empresas da BM&FBovespa, Cristiana Pereira.

Em 2011, o valor médio das ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) foi de US\$ 418 milhões, bem acima de países como Austrália (US\$ 66 milhões) e Canadá (US\$ 27 milhões). O valor médio no Brasil muitas vezes está bem acima do que muitas pequenas empresas precisam captar.

O objetivo da Bovespa é acelerar a transição dos estágios iniciais de capitalização - via "investidores anjo", fundos de capital semente e venture capital - para a bolsa de valores. A listagem dessas empresas na bolsa também é uma saída para que fundos de private equity e venture capital (que comprem participações em pequenas empresas) possam desinvestir e aportar capital em outras novatas.

Hoje a porta de entrada na bolsa é o Bovespa Mais, segmento especial de listagem de empresas de pequeno e médio porte. Criado em 2005, porém, ele teve apenas três adesões. A criação de outro segmento de acesso não está descartada, mas segundo Cristiana não parece necessária.

**Normas.** Ao todo, os membros do grupo tiveram mais de 50 reuniões com reguladores, bolsas, empresas, corretoras, bancos de investimento e investidores dos países visitados. A CVM, por exemplo, deve se inspirar nas normas adotadas por seus pares para avaliar a relação custo/benefício de flexibilizar a regulação para essas companhias.

"Esse segmento (inovação) já tem maior risco por natureza. Então, estamos com a balança na mão para saber qual o equilíbrio para proteger o investidor e não onerar excessivamente o acesso da empresa ao mercado", diz Cristiana.

A ABDI incluiu o plano nas discussões de política industrial do País, no sentido de atrair fontes privadas para solucionar o financiamento de longo prazo. "Como em outros países, é necessário falar de incentivos tributários ao investimento em inovação", diz Cássio Rabello da Costa, especialista em projetos da ABDI. Ele cita, entre as possibilidades, adaptar o modelo britânico do Enterprise Investment Scheme (Programa de Investimento nas Empresas), que traz incentivos fiscais a investidores em empresas em fase inicial.

A agência encomendou à Fundação Dom Cabral um estudo batizado de Dinamização do Mercado de Acesso à Bolsa no Brasil. Ele será concluído em cerca de seis meses e trará um diagnóstico com o papel de cada ator nesse processo: corretoras, fundos, bancos, investidores de varejo e institucionais. O governo acredita que o momento é propício, já que as possíveis perdas da renda fixa com a queda de juros exigirão a busca de alternativas de maior risco.

Uma das apostas é que as fundações de previdência complementar de servidores públicos fomentem esse mercado, como nos EUA.

**Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 jun. 2012, Economia & Negócios, p. B19.**

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.